



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1 - REGISTRO DE PREÇO visando futura e eventual aquisição de suplemento alimentar para atender às Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social e Desenvolvimento Econômico, conforme condições e especificações contidas neste Termo de Referência.

2 - DA PADRONIZAÇÃO

2.1 - A contratação NÃO se dará em observância ao princípio da padronização, em consonância com o disposto no inciso IV do art. 19 da Lei 14.133/2021.

3 - DA NATUREZA DO OBJETO

3.1 - O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

3.2 - Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

4 - DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

QUANTIDADE RESERVADA PELO ART. 48, III, DA LEI COMPLEMENTAR 147 DE 17 DE AGOSTO DE 2014:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
01	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ DE 0 A 6 MESES. EMBALAGEM DE 400G. CAIXA COM 12 UNIDADES	CX	10
02	LEITE FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE A PARTIR DO 6º MÊS DE IDADE. INGREDIENTES: LACTOSE, LEITE PARCIALMENTE DESNATADO EM PÓ, ÓLEOS VEGETAIS (ÓLEO DE GIRASSOL, ÓLEO DE CANOLA, ÓLEO DE COCO, ÓLEO DE PALMA), PROTEÍNA CONCENTRADA DO SORO DE LEITE, GALACTO-OLIGOSSACARÍDEOS, MALTODEXTRINA, FRUTO-OLIGOSSACARÍDEOS, CARBONATO DE CÁLCIO, ÓLEO DE MORTIERELLA ALPINA, L-ASCORBATO DE SÓDIO, ÁCIDO L-ASCÓBICO, CASEINATO DE CÁLCIO, TAURINA, MIO-INOSITOL, SULFATO FERROSO, FOSFATO DE POTÁSSIO DIBÁSICO, SULFATO DE ZINCO, SAL DISSÓDICO DE URIDINA 5-MONOFOSFATO, CITIDINA 5-MONOFOSFATO, ACETADO DE DL-ALFA TOCOFERILA, DL-ALFA TOCOFEROL, CLORETO DE COLINA, ADENOSINA 5-MONOFOSFATO, SAL DISSÓDICO DE INOSINA 5-MONOFOSFATO, NICOTINAMIDA, FOSFATO DE CÁLCIO	CX	10



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
	TRIBÁSICO, SAL DISSÓDICO DE GUANOSINA 5-MONOFOSFATO, GLUCONATO CÚPRICO, D-PANTOTENATO DE CÁLCIO, PALMITATO DE ASCORBILA, ACETATO DE RETINILA, CLORIDRATO DE CLORETO DE TIAMINA, COLECALCIFEROL, RIBOFLAVINA, CLORIDRATO DE PIRIDOXINA, IODATO DE POTÁSSIO, SULFATO DE MANGANÊS, ÁCIDO N-PTEROIL-L-GLUTÂMICO, FITOMENADIONA, SELENITO DE SÓDIO, D-BIOTINA, CIANOCOBALAMINA, ANTIOXIDANTE MISTURA CONCENTRADA DE TOCOFERÓIS E EMULSIFICANTES MONO E DIGLICERÍDEOS DE ÁCIDOS GRAXOS E LECITINA. COM DHA E ARA E PROBIÓTICOS. COM PROTEÍNAS LÁCTEAS. LATA 800G. CAIXA COM 12 UNIDADES		
03	LEITE FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE A PARTIR DO 10º MÊS DE IDADE. INGREDIENTES: LEITE EM PÓ PARCIALMENTE DESNATADO, LACTOSE, ÓLEOS VEGETAIS (ÓLEO DE CANOLA, ÓLEO DE COCO, ÓLEO DE GIRASSOL ALTAMENTE OLÉICO, ÓLEO DE GIRASSOL E ÓLEO DE PALMA), MALTODEXTRINA, PROTEÍNA DO SORO DE LEITE, FIBRAS ALIMENTARES (GALACTOOLIGOSACARÍDEOS (GOS) E FRUTO-OLIGOSSACARÍDEOS (FOS)), CARBONATO DE CÁLCIO, ÓLEO DE PEIXE, ÓLEO DE MORTIERELLA ALPINA, ÁCIDO L-ASCÓRBICO, L-ASCORBATO DE SÓDIO, CASEINATO DE CÁLCIO, SULFATO FERROSO, MIO-INOSITOL, SULFATO DE ZINCO, DL-ALFA TOCOFEROL, FOSFATO DE POTÁSSIO DIBÁSICO, CLORETO DE COLINA, L-CARNITINA, GLUCONATO CÚPRICO, FOSFATO DE CÁLCIO TRIBÁSICO, D-PANTOTENATO DE CÁLCIO, PALMITATO DE ASCORBILA, NICOTINAMIDA, PALMITATO DE RETINILA, ACETADO DE DL-ALFA-TOCOFERILA, RIBOFLAVINA, CLORIDRATO DE CLORETO DE TIAMINA, CLORIDRATO DE PIRIDOXINA, SULFATO DE MANGANÊS, IODATO DE POTÁSSIO, ÁCIDO N-PTEROIL-L-GLUTÂMICO, SELENITO DE SÓDIO, FITOMENADIONA, COLECALCIFEROL, D-BIOTINA, ANTIOXIDANTE MISTURA CONCENTRADA DE TOCOFERÓISE EMULSIFICANTES: LECITINA E MONO E DIGLICERÍDEOS DE ÁCIDOS GRAXOS. NÃO CONTÉM GLÚTEN. COM DHA E PROBIÓTICOS. COM PROTEÍNAS LÁCTEAS. LATA 800G. CAIXA COM 12 UNIDADES	CX	10
04	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE SEGUIMENTO	UND	100



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
	LACTENTES E/OU CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA DESTINADA A NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE À BASE DE PROTEÍNA HIDROLISADA DE ARROZ. FÓRMULA ENRIQUECIDA COM NUCLEOTÍDEOS E TAURINA, NUTRIENTES ESSENCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS BEBÊS. PRODUTO INDICADO PARA LACTENTES E COMO COMPLEMENTO PARA CRIANÇAS DE 0 A 36 MESES. LATA 400GR		
05	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ, DESENVOLVIDA PARA RECÉM-NASCIDOS PRÉ-TERMO. COM PROBIÓTICOS (GOS/FOS) DHA E ARA E NUCLEÓIDES. CONTÉM LACTOSE. LATA 400G	UND	100
06	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ, DESENVOLVIDA PARA RECÉM-NASCIDOS PRÉ-TERMO E/OU DE ALTO RISCO. COM NUCLEOTÍDEOS, DHA E ARA, E PROBIÓTICOS. LATA 400G	UND	100
07	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA DESTINADA A NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE E À BASE DE AMINOÁCIDOS LIVRES. COM ARA E DHA. NÃO CONTÉM LEITE E PRODUTOS LÁTEOS. LATA DE 400G	UND	100
08	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS DE VIDA, DESTINADA A NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS. CONTÉM PROTEÍNA LÁCTEA EXTENSAMENTE HIDROLISADA, PROBIÓTICOS, DHA, ARA E NUCLEOTÍDEOS. LATA 800G	UND	100
09	PÓ PARA O PREPARO DE BEBIDA FEITO À BASE DE SOJA COM NUTRIENTES ESSENCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS. RICO EM VITAMINA C E FONTE DE FERRO, CÁLCIO E VITAMINAS D E B12, IMPORTANTES PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL. LATA DE 800G	UND	100
10	COMPLEMENTO ALIMENTAR PARA QUEM NECESSITA COMPLEMENTAR A NUTRIÇÃO DIÁRIA OU SE PREOCUPA COM UMA ALIMENTAÇÃO EQUILIBRADA. É O ÚNICO COM PREBIO. COMPOSTO EXCLUSIVO QUE POSSUI FIBRAS TAIS COMO INULINA E FRUTOOLIGOSSACARÍDEOS-FOS, QUE CONTRIBUEM PARA O EQUILÍBRIO DA FLORA INTESTINAL. POSSUÍ 25 VITAMINAS E MINERAIS. 1 COPO	UND	800



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
	ATENDE PELO MENOS 45% DAS NECESSIDADES DIÁRIAS DOS PRINCIPAIS NUTRIENTES. DISTRIBUIÇÃO ENERGÉTICA: DENSIDADE CALÓRICA: 230KCAL EM 200 ML DE PRODUTO PRONTO, COM LEITE INTEGRAL. PROTEÍNAS: 27% CARBOIDRATOS: 65% GORDURAS: 8% FONTE DE MACRONUTRIENTES: FIBRAS:(70% FOS E 30% INULINA). 1,7 G / 31,5 H DE PRODUTO (MORANGO, BAUNILHA, BANANA) 2,6 G / 31,5 G DE PRODUTO (CHOCOLATE) SABORES: BAUNILHA, MORANGO, CHOCOLATE E BANANA 100% LEITE EM PÓ DESNATADO, 40% MALTODEXTRINA, 60% LACTOSE, FRUTOOLIGOSSACARÍDEOS, 100% GORDURA LÁCTEA, 30% INULINA, 70% FOS, MINERAIS, VITAMINAS, EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA E AROMATIZANTE. ISENTO DE GLÚTEN. 31,5 G (2 COLHERES DE SOPA CHEIA) PARA 180 ML DE LEITE INTEGRAL. RENDIMENTO: 01 LATA RENDE 12 COPOS. FORMAS DE APRESENTAÇÃO: LATA 400G		
11	DIETA PADRÃO SEM FIBRAS NORMOCALÓRICA NORMOPROTEICA DE 1200KCAL. 1000ML DISTRIBUIÇÃO ENERGÉTICA: DENSIDADE CALÓRICA: 1.2 KCAL / ML - 1200KCAL POR LITRO PROTEÍNAS: 15% CARBOIDRATOS: 55% GORDURAS: 30% FONTE DE MACRONUTRIENTES: • FONTE DE PROTEÍNAS: 100% PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA. • FONTE DE CARBOIDRATOS: 100% MALTODEXTRINA. • FONTE DE LIPÍDEOS: 49% ÓLEO DE CANOLA; 43% TCM; 5% MONO E DIGLICERÍDEOS E 3% LECITINA DE SOJA. FORMAS DE APRESENTAÇÃO: TETRA SQUARE EMBALAGEM DE 1L. SABOR: BAUNILHA	CX	120



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
	OSMOLALIDADE: 360MOSM/KG DE ÁGUA CAIXA COM 12 UNIDADES		

QUANTIDADE LIVRE CONCORRÊNCIA:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
12	DIETA PADRÃO SEM FIBRAS NORMOCALÓRICA NORMOPROTEICA DE 1200KCAL. 1000ML DISTRIBUIÇÃO ENERGÉTICA: DENSIDADE CALÓRICA: 1.2 KCAL / ML - 1200KCAL POR LITRO PROTEÍNAS: 15% CARBOIDRATOS: 55% GORDURAS: 30% FONTE DE MACRONUTRIENTES: • FONTE DE PROTEÍNAS: 100% PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA. • FONTE DE CARBOIDRATOS: 100% MALTODEXTRINA. • FONTE DE LIPÍDEOS: 49% ÓLEO DE CANOLA; 43% TCM; 5% MONO E DIGLICERÍDEOS E 3% LECITINA DE SOJA. FORMAS DE APRESENTAÇÃO: TETRA SQUARE EMBALAGEM DE 1L. SABOR: BAUNILHA OSMOLALIDADE: 360MOSM/KG DE ÁGUA CAIXA COM 12 UNIDADES	CX	230

5 - PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 - No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços PODERÁ, haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

5.2 - O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.2.1 - Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



5.2.2 - A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.2.1 - Quando o instrumento contratual for substituído por emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, a minuta do contrato será parte integrante destes instrumentos para fins de observância dos requisitos previstos no art. 92 da NLLC.

5.2.3 - O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6 - DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “B”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

2.1 – A contratação de fórmulas infantis pelas Secretarias Municipais de Saúde e de Assistência Social e Desenvolvimento Econômico constitui medida necessária à garantia da proteção integral à criança, em especial àquelas em situação de vulnerabilidade social e/ou com necessidades nutricionais específicas, em observância ao direito fundamental à saúde e à alimentação adequada, previstos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

2.1.1 – O aleitamento materno é reconhecido como a forma ideal de alimentação para lactentes, conforme diretrizes do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde. Todavia, há situações excepcionais em que a amamentação se mostra inviável ou contraindicada, tais como doenças maternas, uso de medicamentos incompatíveis com a lactação, ausência da mãe, produção insuficiente de leite, prematuridade, baixo peso ao nascer ou condições clínicas específicas da criança, incluindo erros inatos do metabolismo e alergias alimentares.

2.1.2 – Nessas hipóteses, as fórmulas infantis configuram insumo essencial à manutenção da saúde e ao desenvolvimento adequado da criança, sendo indispensáveis para a prevenção de agravos nutricionais, atraso no desenvolvimento neuropsicomotor e aumento da morbimortalidade infantil, cabendo ao Poder Público assegurar o acesso a tais produtos de forma contínua e adequada.

7 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “C”, E ART. 40, §1º, INCISO I, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

7.1 - A solução consiste no registro de preços para futura e eventual aquisição de fórmulas infantis, destinadas ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Saúde e de Assistência Social e Desenvolvimento Econômico, visando garantir o suporte nutricional adequado a lactentes e crianças em situações específicas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



7.1.1 - A contratação contempla o fornecimento parcelado dos produtos, conforme a necessidade da Administração, observando-se critérios de qualidade, validade, acondicionamento e segurança sanitária.

7.1.2 - O ciclo de vida da solução compreende as etapas de aquisição, transporte, recebimento, armazenamento e distribuição dos produtos aos usuários finais, sob responsabilidade da Administração, não havendo exigência de serviços contínuos associados, como manutenção ou assistência técnica.

7.1.3 - Os produtos deverão atender às normas sanitárias vigentes, especialmente aquelas expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, garantindo a segurança alimentar e a adequação às necessidades nutricionais dos beneficiários.

8 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1 - Sustentabilidade

8.1.1 - A contratação deverá observar, no que couber, critérios de sustentabilidade, especialmente quanto à redução de impactos ambientais, à adequada destinação de resíduos e à utilização de embalagens seguras e compatíveis com a legislação sanitária vigente.

8.1.2 - Os produtos deverão ser acondicionados em embalagens que garantam a integridade, conservação e segurança alimentar, evitando desperdícios e perdas durante o transporte e armazenamento.

8.1.3 - Sempre que possível, deverão ser adotadas práticas que favoreçam a logística eficiente, com redução de deslocamentos desnecessários e otimização das entregas.

8.3 - Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

8.3.1 - Na presente contratação NÃO será indicado marcas, características ou modelo(s).

8.4 - Da vedação de marca/produto na aquisição do objeto

8.4.1 - Para a contratação do objeto NÃO haverá vedação ou restrições com relação ao emprego de marca ou produto de bens empregados em sua execução.

8.5 - Da exigência de carta de solidariedade

8.5.1 - Não será exigido Carta de Solidariedade emitida pelo fabricante.

8.6 - Subcontratação

8.6.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

8.7 - Garantia da contratação

8.7.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

8.8 - Da exigência de amostra:

8.8.1 - Não haverá exigência de amostra.

8.9 - Prova de qualidade

8.9.1 - Não haverá prova de qualidade prevista no art. 42 da Lei 14.133/2021

8.10 - Regularidade Sanitária dos Produtos

8.10.1 - Os produtos deverão estar regularizados perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em conformidade com a legislação sanitária vigente, devendo



possuir registro, notificação ou estar dispensados de registro, conforme enquadramento específico de cada item.

8.10.2 - A comprovação da regularização sanitária dar-se-á por meio de apresentação do número de registro, notificação ou documento que comprove a dispensa, quando aplicável.

8.10.3 - O fornecedor deverá comprovar que o fabricante ou importador do produto possui Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), quando exigível pela legislação sanitária vigente.

9 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1 - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

9.1.1 - O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Autorização de Fornecimento (AF).

9.1.2 - O prazo de entrega dos itens será de até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da AF, podendo, em casos excepcionais e devidamente justificados pela Administração, ser estabelecido prazo inferior em razão da urgência do atendimento.

9.1.3 - Os produtos deverão ser entregues no endereço indicado na Autorização de Fornecimento, dentro do território do Município, em dias úteis e horário de expediente, sendo de responsabilidade da contratada todos os custos com transporte, carga e descarga.

9.1.4 - Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, com embalagens íntegras, lacradas, sem avarias e acompanhados das informações de lote, data de fabricação e prazo de validade.

9.1.5 - No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 60% (sessenta por cento) do prazo total recomendado pelo fabricante.

9.1.6 - Constatadas irregularidades no fornecimento, tais como produtos em desacordo com as especificações, com avarias, fora do prazo de validade ou com indícios de adulteração, a contratada será notificada para substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sem ônus para a Administração.

9.1.7 - A contratada deverá assegurar condições adequadas de transporte e armazenamento até a entrega, de modo a preservar a qualidade e a segurança dos produtos.

9.2 - Garantia, responsabilidade e substituição

9.2.1 - Aplica-se ao fornecimento, no que couber, o disposto na Lei nº 8.078/1990, sem prejuízo das obrigações contratuais estabelecidas neste Termo de Referência.

9.2.2 - A contratada é responsável pela qualidade, integridade e segurança dos produtos fornecidos, respondendo por vícios, defeitos ou inadequações, ainda que constatados após o recebimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



9.2.3 - A substituição de produtos defeituosos, inadequados ou em desacordo com o contratado deverá ocorrer no prazo estabelecido no item 9.1.6, independentemente de aplicação de sanções administrativas.

10 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Município de Itamarati de Minas, **poderá** convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.6 - A responsabilidade pela gestão do contrato caberá ao servidor ou comissão designados, conforme item 10.8 deste termo, o qual será responsável pelas atribuições definidas em regulamento próprio do Município de Itamarati de Minas.

10.7 - A responsabilidade pela fiscalização do contrato caberá ao servidor ou comissão designados, conforme item 10.8 deste TR, o qual será responsável pelas atribuições definidas em regulamento próprio do Município de Itamarati de Minas.

10.8 - Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

10.9 - A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

10.10 - As regras previstas neste tópica aplicam-se à gestão da ata de registro de preço, naquilo que couber.

11 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

11.1 - Do Recebimento

11.1.1 - Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

11.1.2 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.1.3 - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

11.1.4 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

11.1.5 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que é pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.1.6 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

11.1.7 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

12 - LIQUIDAÇÃO

12.1 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

12.2 - Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra a Prefeitura Municipal de Itamarati de Minas, CNPJ nº 17.706.813/0001-02, situada a Avenida Coronel Araújo Porto, 506, Centro, Itamarati de Minas.

12.2.1 - Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



e) O valor a pagar; e

f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.3 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

12.4 - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

12.5 - A Administração deverá realizar consulta para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

12.6 - Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

12.7 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.8 - Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

12.9 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

13 - PRAZO DE PAGAMENTO

13.1 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

13.2 - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

14 - FORMA DE PAGAMENTO

14.1 - O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.



14.2 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.3 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.3.1 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

14.3.2 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15 - REAJUSTE

15.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

15.2 - Após o interregno de um ano, e mediante pedido formal do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA/IBGE acumulado dos últimos doze meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.2.1 - A assinatura de eventual termo aditivo de prorrogação da ata ou do contrato sem a concessão do reajuste, ou ressalva de sua superveniente análise, será considerada como renúncia ou preclusão lógica do direito.

15.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.4 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

15.5 - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

15.6 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

15.7 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.8 - O reajuste será realizado por apostilamento.

15.9 - Do reequilíbrio econômico-financeiro

15.9.1 - Nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da **Lei nº 14.133/2021**, poderá ser concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, com vistas à recomposição da



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



equação econômico-financeira inicialmente pactuada, nas hipóteses de ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, bem como em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe. 15-9.2 - O pedido de reequilíbrio deverá ser formalmente apresentado pela contratada, devidamente fundamentado e acompanhado de documentação comprobatória idônea, demonstrando:

I - A ocorrência do fato superveniente;

II - O nexo causal entre o evento ocorrido e a alteração dos custos;

III - A efetiva repercussão no equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

IV - A memória de cálculo detalhada da variação dos custos.

15.9.3 - A análise do pedido deverá considerar a estrutura global de custos da contratação, não sendo admitida a recomposição baseada exclusivamente na variação isolada de insumos, sem a devida demonstração de impacto no custo total do objeto contratado.

15.9.4 - Sempre que possível, o reequilíbrio será apurado com base em índices oficiais, tabelas referenciais, contratos similares ou outros parâmetros objetivos que permitam aferir a variação de mercado.

15.9.5 - O reequilíbrio poderá ser concedido por meio de termo aditivo ou apostilamento, conforme o caso, observada a legislação vigente. 15-9.6 - Não será concedido reequilíbrio econômico-financeiro quando caracterizada a previsibilidade ordinária do evento, a ausência de comprovação do impacto financeiro ou a assunção do risco pelo contratado.

16 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1 - Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

16.1.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.**

16.2 - MODO DE DISPUTA

16.2.1 - Modo de Disputa - **Aberto**

16.3 - Exigências de habilitação

16.3.1 - Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

16.4 - Habilitação jurídica (Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva)

16.4.1 - **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

16.4.2 - **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

16.4.3 - **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:**



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENTO



inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.4.4 - **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

16.4.5 - **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.4.6 - **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

16.4.7 - **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

16.4.8 - **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021;

16.4.9 - **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física

16.5 - Habilitação fiscal, social e trabalhista

16.5.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

16.5.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

16.5.3 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

16.5.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



16.5.5 - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, **se houver**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

16.5.6 - Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e/ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

16.5.7 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

16.5.8 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

16.6 - Qualificação Econômico-Financeira

16.6.1 -Será exigido Qualificação Econômico Financeira, conforme exigência abaixo:

I - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

II - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

III - Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

IV - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

V - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

VI - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

VII - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) ou Liquidez Corrente (LC), será exigida, para fins de habilitação, a comprovação de patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação, nos termos do art. 69, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

VIII - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

IX - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



16.7 - Qualificação Técnica

16.7.1 - Para fins de comprovação da qualificação técnica, o licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de bens compatíveis com o objeto desta licitação.

16.7.2 - Considera-se compatível o fornecimento de produtos alimentícios, suplementos nutricionais, fórmulas infantis ou itens similares.

16.7.3 - O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo, a identificação do contratante, do contratado, a descrição do objeto fornecido e o período de execução.

16.7.4 - A Administração poderá realizar diligências para verificar a veracidade das informações prestadas, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

17 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

17.1 - O custo estimado da contratação encontra-se detalhado no ANEXO I deste Termo de Referência, tendo sido juntado no processo os preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos.

18 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Itamarati de Minas.

Ficha 334 | 08.122.0001.2010/339030 | Material de Consumo

Ficha 425 | 10.301.0020.2085/339030 | Material de Consumo

Ficha 426 | 10.301.0020.2085/339030 | Material de Consumo

Ficha 427 | 10.301.0020.2085/339030 | Material de Consumo

18.1.1 - A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou seu instrumento substituto.

18.2 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

19 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

19.1 - As empresas são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

19.2 - Toda a documentação apresentada neste procedimento e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

Prefeitura Municipal de Itamarati de Minas, 31/03/2026.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



GIOVANA FERRAZ GOMES

Secretária Municipal de Saúde

NICOLAS THIAGO RODRIGUES DUTRA

Secretário Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Econômico